Cadernos Macambira
*V. 6, N° 1, 2021. Página **12** de **369**. **ISSN 2525-6580***
***Anais* IV Seminário Diversidade e Respeito às Diferenças – IV SEDIRD e I Encontro do Grupo de Pesquisa em Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar**. 06 a 08 de outubro de 2020. Serrinha, BA, Laboratório de Políticas Públicas, Ruralidades e Desenvolvimento Territorial – LaPPRuDes.
http://revista.lapprudes.net/

Eixo 1: Educação Formal e Informal de Estudantes com Deficiência Intelectual

SEXUALIDADE NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: TABUS E PRECONCEITOS

Ane Caroline Alves da Silva - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Eduarda Pigatto - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Autora correspondente: eduardadudapigatto@gmail.com

RESUMO: Este artigo visa fazer explanações e análises críticas, sobre observações realizadas em uma escola especial em Santa Maria, RS/Brasil, no ano de dois mil e dezoito, na disciplina de Déficit Cognitivo, cadeira esta pertencente a grade curricular do curso de Educação Especial da UFSM. Esta escola possui, alunos jovens e adultos na sua grande maioria com Deficiência Intelectual (DI). Durante as cinco visitas realizadas, e o tempo observado foi latente a temática da sexualidade dentro da escola, justamente por se tratar de um alunado com idade, onde esse assunto normalmente começa a ser mais debatido. O argumento central, ou seja, nossa grande problematização defendida é que a pessoa com deficiência está relacionada geralmente ao rótulo incapacitante da deficiência, trazendo a invisibilidade e o não reconhecimento da sexualidade que eles manifestam, o que é uma premissa, pois as pessoas com deficiência têm sim, seus próprios desejos, isso é inato a todos os seres humanos. Este artigo analisa a contextualização dos alunos pertencentes a esta instituição em que muitas vezes seus desejos não são controlados dentro deste espaço escolar, e dos professores, que relatam que esse assunto os preocupa bastante, e mencionam a grande importância de esclarecimentos sobre educação sexual para diminuir riscos de infecções, gravidez indesejadas, dentre outras adversidades. A metodologia utilizada no trabalho foi a pesquisa qualitativa, tendo como suporte materiais como artigos pesquisados no campo da Sexualidade, Educação Sexual e Deficiência Intelectual. Esse trabalho está composto por algumas Concepções acerca da DI, em seguida discorremos sobre Sexualidade, Educação e DI, relacionando-as. Em um outro momento, vamos expor nossa vivência dentro da Escola Especial, junto dos alunos e professores, e se encaminhando para o final deste trabalho, nossas considerações finais sobre essas temáticas. Autores como Bortolozzi, Maia, Ribeiro e Moreira, dentre outros utilizados nesta pesquisa, nos deram suporte para concretizar nossas ideias sobre esse campo da sexualidade das pessoas com deficiência. Contudo, nossa conclusão se resume em acima de tudo normalizar esses tabus e preconceitos, trazendo cada vez mais informações as pessoas, que sim, as pessoas com deficiência, seja ela qual for, que a sexualidade desperta como em qualquer pessoa típica. E internalizar, que com orientações e informações, vindas da família, escola e de outros profissionais relacionados, este processo que é tão natural do ser humano, seja o mais saudável possível.

Palavras-chaves: Deficiência Intelectual. Educação Especial. Educação Sexual. Sexualidade.

INTRODUÇÃO

Infelizmente, um grande tabu está presente ainda hoje na nossa sociedade é a educação sexual, esse assunto é extremamente reprimido e camuflado quando se trata de crianças e adolescentes. E quando junto a essa temática, vem alguma deficiência relacionada, sendo ela intelectual, física, visual, auditiva ou múltipla, esse preconceito e restrição se potencializam consideravelmente.

A sexualidade, independentemente de se ter ou não uma deficiência, existe e se manifesta em todo ser humano. O erotismo, o desejo, a construção de gênero, os sentimentos de amor, as relações afetivas e sexuais, são características existentes da natureza humana com ou sem deficiência, tendo isso em vista, compreendemos que a educação sexual é extremamente importante, de modo a conscientizar o entendimento desse tema, iniciando esse ensinamento na família e também nas escolas.

Essa responsabilidade, segundo Amaral (1995, p.19), é também nossa enquanto "[...] indivíduo/sociedade – produto e produtor da história [...] Sem esse pressuposto poderíamos correr o risco de "coisificar" e "vitimizar" o deficiente, perpetuando a ideia maniqueísta de força/fragilidade – cabendo à sociedade o primeiro termo e ao deficiente o segundo". De certa forma, é mais cômodo não perceber, como salienta Heller (1992, p.59) que "[...] todo preconceito impede a autonomia do homem, ou seja, diminui sua liberdade relativa diante do ato de escolha".

Quando se trata de assuntos voltados para o sexo, muitas famílias com filhos pré-adolescentes, tende a se intimidar e acabam que não orientando ou se quer falam sobre este assunto no ambiente familiar. Ato que condiz, com que os adolescentes e jovens se aventurem neste assunto sem muitas informações, despreparados e podendo se deparar com algo que não era o esperado.

Agora incluindo o fato de que, esses adolescentes, jovens e também adultos têm alguma deficiência, parece que essa orientação se complica ainda mais. Sobre esse aspecto Bortolozzi (2006 p. 33) explica que:

> Talvez a maior dificuldade em aceitar a sexualidade de alguém com alguma deficiência esteja no fato de que as pessoas se incomodam com a ideia de "sexo", desconsiderando que tal ideia "genitaliza" o conceito mais amplo que é a sexualidade. Aquele que foge aos padrões de normalidade e mais ainda, aos padrões de "perfeição", são atribuídos tabus, mitos, crenças e concepções relacionadas a proibição do prazer no ato sexual e a procriação, esquecendo-se da capacidade amar e ser amado, esquecendo-se do desejo erótico, atributos inerentes ao ser humano e preservados sob quaisquer condições de limitação.

Grande parte das pessoas com deficiência são vistas como seres assexuados, inocentes e infantilizados, visão esta que contribui para um aumento de abusos sexuais, gravidez indesejada, infecções, sobre essa parcela vulnerável da população. Tal ponto de vista também mistifica o deficiente, tornando para a população um ser incapaz de ser reconhecido

como pessoa dotada de desejos e sentimentos, os quais precisam ser respeitados e podem ser vivenciados desde que se tenha uma educação adequada.

Dentro desta perspectiva, este artigo consiste em práticas de observações realizadas em uma escola especial, localizada no município de Santa Maria, RS, no ano de dois mil e dezoito. Dentro dessa prática, algumas ações dos alunos e dos profissionais que lá trabalham, nos propiciou a curiosidade de saber como a sexualidade era tratada e expressada nesta instituição, pois vimos o quanto era latente esta temática naquele ambiente.

O objetivo principal desse artigo é mencionar a importância e o reconhecimento da sexualidade dentro de uma instituição especial, instituição esta, que atende alunos jovens e adultos com Deficiência Intelectual.

Dessa forma, o artigo será composto por algumas Concepções acerca da DI, em seguida discorremos sobre Sexualidade, Educação e DI, relacionando-as. Em um outro momento, vamos expor nossa vivência dentro da Escola Especial, junto dos alunos e professores, e se encaminhando para o final deste trabalho, nossas considerações finais sobre essas temáticas.

Serão abordados, assuntos voltados para as concepções da sexualidade na pessoa com DI, e o papel da instituição diante dos assuntos relacionados à temática. Nesse sentido este trabalho aponta também assuntos sobre o processo de apropriação do conhecimento de valores sobre educação sexual, sexualidade manifestadas por pessoas com DI, assim explorando aspectos do conceito que favorecem ou criam barreiras que impedem esses sujeitos de uma vida com desejos sexuais.

CONCEPÇÕES ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Durante a história da humanidade, várias foram as formas de como a pessoa com deficiência era nominada, nomes como imbecil, idiota, débil mental, retardado eram os mais conhecidos. E de qual era o lugar do deficiente dentro de determinada época da nossa sociedade, passando pelo misticismo, abandono, extermínio, caridade, segregação, exclusão, integração e, atualmente, o processo de inclusão (Pessotti, 1984).

Segundo Gesser, Nuernberg e Toneli (2012), a pessoa com deficiência é aquela que possui impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais, os quais podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade com igualdade de direitos em relação às demais pessoas. No plano jurídico, com base no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015), considera-se a pessoa com deficiência aquela que tem transtornos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, os quais podem dificultar a convivência. Quando necessária uma avaliação da deficiência, essa deverá ser biopsicossocial considerando os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais (BRASIL, 2015)

Como vimos, no decorrer dos anos houve movimentos em luta pelos deficientes e família que veio para mudar este cenário. As pessoas com deficiência conquistaram espaço e visibilidade na sociedade nas últimas décadas.

A deficiência passa então a ser vista segundo Fonseca (1987, p.11) como: O deficiente é uma pessoa com direitos. Existe, pensa e cria. Tem uma limitação corporal ou mental que

pode afetar aspectos de comportamento, aspectos estes muitas vezes atípicos, uns fortes adaptativos, outros fracos e poucos funcionais.

E com esses pré-conceitos tão latentes, a criança, o jovem e o adulto com deficiência intelectual acabavam sendo omitidos de qualquer convívio social, na maioria das vezes nem com a família, e quem dirá tido acesso a qualquer tipo de mediação que fosse vital para suprir suas limitações.

A DI, segundo a proposta pelo DSM 5 (APA, 2014), é um transtorno com início no período do desenvolvimento que inclui déficits funcionais, tanto intelectuais (como raciocínio, planejamento e soluções de problemas e aprendizagem acadêmica, entre outros) quanto adaptativos, nos domínios conceitual, social e prático, que resultam em fracasso para atingir padrões de desenvolvimento e socioculturais em relação à independência pessoal e responsabilidade social.

Nesta perspectiva, pessoas com DI, necessitam de apoio, tanto quanto especializado, como também social e familiar. Em qualquer situação de desenvolvimento que nós seres humanos passamos, tendo alguma limitação ou não, precisamos de instruções e mediações para que tenhamos conhecimento, controle e autonomia em dada ação, situação e/ou momento de vida. Sem dúvidas, não podemos desconsiderar níveis de DI, que podem ser cruciais na limitação de certas ações de rotina de vida da pessoa, precisando de auxílio para a sua realização.

Com isso, visualiza-se o quão importante é o meio em que o sujeito vive e se relaciona, no modo geral e principalmente quando trata-se de alguma condição diferente. Todos os estímulos positivos ou negativos que recebe, agregam na formação do ser como sujeito humano, estes podendo ser decisivos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social do sujeito.

A identificação de uma deficiência em uma criança, na grande maioria das vezes, não é esperada pela família, sendo normalmente depositados muitos sonhos e expectativas aos pequenos, mas quando essas perspectivas se deparam com alguma barreira de desenvolvimento, o luto é inevitável. Na opinião de Franco (2008):

> O luto é uma experiência natural e esperada, em resposta ao rompimento de um vínculo. Portanto, sua importância reside na possibilidade de o indivíduo viver essa transição psicossocial, de maneira a poder incluí-la em sua vida sem a tentativa de anular a relação, mas, sim, para poder encontrar uma condição segura para ter essa mesma relação na vida que viverá dali para frente (FRANCO, 2008, p. 20).

Muitos jovens e adultos com DI, que a vinte e trinta anos atrás eram crianças com deficiência, muitas das vezes não receberam uma mediação que propicia-se um maior desenvolvimento dentro de suas limitações e foco maior em potencializar suas habilidades, já internalizadas por diversos motivos, desde questões familiares, emocionais e pelo meio social de onde pertencem, hoje são jovens e adultos que ainda são dependentes de outras pessoas para muitas coisas.

Frisa-se aqui, a importância de que desde muito cedo, a pessoa com DI, seja tratada como um ser capaz e com direitos e deveres igual a qualquer um. Que seja rodeada por profissionais da educação que fomentem o seu desenvolvimento e que façam isso com

excelência, junto a rede de apoio que envolve toda a comunidade escolar, sendo está uma Escola Especial, ou uma Escola Inclusiva, e da família, que sem dúvidas é um apoio essencial para as pessoas com DI.

SEXUALIDADE, EDUCAÇÃO E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Durante séculos, o discurso sobre sexualidade vem sendo pautada em diferentes contextos principalmente no meio educacional. No Brasil, a orientação sexual é descrita pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PNC, essa orientação é uma ação complementar à educação sexual oferecida pela família. O documento descreve o papel da escola diante da relação aos valores familiares, conforme estes violarem os direitos das crianças e dos adolescentes através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Brasil (1990) que é considerado um instrumento legislativo e tem grande importância para a proteção de criança e adolescente:

> Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No aspecto de educação e sexualidade, por vezes é papel da escola disponibilizar informações sobre os conceitos de sexualidade humana, apresentando os estudos a respeito de como as culturas se relacionam com a sexualidade, assim expor e problematizar fatos reais, mitos e falsas crenças. Desse modo os PNC discutem a sexualidade em relação aos seus aspectos, biológicos, psíquicos, sociais e culturais.

Quando tratamos do assunto Sexualidade, Educação e pessoa com DI, leva-se a questão de como a sociedade caracteriza esses três conceitos. Nesse sentido como os familiares e profissionais que convivem com as pessoas com DI, apresentam o sentido da sexualidade a esses sujeitos?

Nota-se que o conceito de sexualidade é deixado de lado, pois esse aspecto passa ser como inexistente, para alguns pais esse assunto acaba sendo uma negação para eles seus filhos são considerados eternas crianças, sem capacidade de sentir desejos sexuais, portanto, é uma forma de proteção não eficaz, mas compreensível.

A questão sobre sexualidade se torna muito delicado para os pais aceitarem a sexualidade dos filhos, necessitam compreenderem o exercício da sexualidade que carrega suas características, como orientação, prevenção e também na existência do sofrimento de sentimento em relação amorosa, etc.

Nesse sentido, a discussão sobre sexualidade de pessoas com DI passa pelos debates de seus direitos, incluindo a expressão de sua sexualidade. Os fatores da falta de discussões e reflexões diante da temática de educação sexual, está direcionada a dificuldades dos pais protegerem seus filho do atos de abusos sexual, também sendo criados barreiras para esses sujeitos se tornarem independentes e que tenham mais autonomia, e para que possam desenvolver o controle de suas manifestações sexual.

Nessa perspectiva quando a sexualidade se manifesta nos jovens com DI é entendida como algo indecente, depravado e até mesmo perigoso. A sexualidade despertada pelos jovens muitas vezes é representada por inseguranças, sentimentos de receios e rejeição do outro em função das diferenças, assim apresentando fantasias criadas em torno da sexualidade. Diante disso, os jovens encaram seus medos explorando suas sexualidades, mesmo se deparando com uma realidade muito diferente, no qual a sociedade lhe apresenta.

Do mesmo modo, quando mulher/homem com DI assumem sua vida sexual, por vezes as pessoas reagem de maneira surpresas ou com medo, principalmente mulheres com DI são vistas como pessoas com fragilidades, recebendo preconceitos e sendo interpretadas como abusadas mesmo se o sexo é concedido e desejado.

Além disso quando se trata do gênero e sexualidade desses sujeitos demonstra quebrar estereótipos quanto à identidade de homem e mulher com deficiência e sua vida sexual, assim a escola e comunidade precisa informar para a sociedade e para esses indivíduos com DI, os sinais de abusos sexual, prevenção, identificação e busca por punição das pessoas que não respeitam os direitos do outro. Segundo trabalho em pesquisas de relatos descreve como:

> As relações de gênero são fortemente marcadas nas mulheres com deficiência, pois, devido ao histórico processo de infantilização e dependência familiar em que estão submersas, as características de fragilidade feminina são intensificadas. Assim, elas são superprotegidas pela família em razão de violência e abuso sexual; e, frequentemente, são vistas como incapazes de exercer os papéis que são atribuídos às mulheres sem deficiência, tais como constituir família, cuidar dos filhos e das atividades domésticas. (2014, p. 5)

Os discursos sobre sexualidade, por vezes são estereotipados em relação às pessoas com DI, com isso evitando serem protagonistas de suas escolhas ao vivenciarem seus desejos. No entanto, a sexualidade não deve ser compreendida apenas sob os componentes naturais, mas também deve ser entendida como um processo cultural e inconsciente. Dessa forma, quando ocorre a falta de informação a respeito da educação sexual pode levar a consequências na interação social e construção de identidade das pessoas com DI.

No Brasil, as Políticas Nacionais de Saúde da Pessoa com Deficiência e de Direitos Sexuais e Reprodutivos (BRASIL, 2009) orientam que pessoas com deficiência têm direito, dentre outros, à livre expressão de sua sexualidade, ao sexo seguro para prevenção de gravidez indesejada e de DST, e a informações, meios, métodos e técnicas para terem ou não filhos.

A importância das informações e orientações sobre os conceitos de educação sexual, sexualidade exposta para sociedade e familiares, ajudam a caracterizar as concepções relacionadas a essas temáticas pautadas.

Para os jovens, adultos com DI o ensino de educação sexual, assim como qualquer ensino é necessário buscar estratégias efetivas com recursos metodológico e materiais (gravuras, dramatizações, etc) para favorecer a melhor compreensão dos conceitos estudados. Também é importante considerar as experiências pessoais dos alunos e vínculos estabelecidas no cotidiano com os profissionais e familiares.

Na orientação de educação sexual, as pessoas com deficiência devem receber informações do mesmo modo que as outras pessoas, ou seja, com os mesmos objetivos de

prevenir e explicar, essa importante função vem do educador e familiares. Outro ponto de reflexão é que os profissionais encontram resistências em desenvolver trabalhos na temática de educação sexual, as dificuldades geram faltas de preparação e acessos a informações em relação a saúde sexual no contexto da deficiência.

É evidente que a relação entre os conceitos Deficiência Intelectual e sexualidade ainda é permeada por preconceitos e faltas de investimentos nos conhecimentos em educação sexual que causam dificuldades em trabalhar na sistematização de orientação sexual. No entanto, destaca-se a necessidade de produção de conhecimento e atuação profissional com princípio ético para potencializar a pessoa com DI, em todos as dimensões.

No ensino a função do educador em relação ao reconhecimento de seu aluno contribui a garantia de seus direitos humanos. Por essa razão os profissionais educadores e cuidadores devem buscar espaços para discutir com os jovens e seus familiares aspectos relacionados aos seus desenvolvimentos e podendo assim orientá-los nas características e questões da sexualidade.

Assim como é importante argumentar a relação dos familiares, juntamente com a escola, apresentarem informações e oportunidades, assim compartilharem assuntos sobre educação sexual para seus filhos. Os familiares também tem o papel de discutir e conscientizar os filhos, oportunizando assim um melhor desenvolvimento desses sujeitos com DI.

Nessa perspectiva, entendemos que a educação sexual, é de grande importância para pessoas com DI e ao público escolar em geral. No entanto, percebemos que é necessário construir cada vez mais programas de educação sexual e sexualidade voltados para pessoas com DI, por vezes quase nem sempre é incorporada em programas com essa temática.

Sobretudo entendemos que a abordagem da temática de educação sexual e sexualidade precisa ser ofertada no currículo de graduação, essa questão é relevante no que tange a formação de professores, pois sabemos que no âmbito escolar o indivíduo tem a oportunidade de discutir e problematizar assuntos relacionados a sexualidade.

SEXUALIDADE DOS SUJEITOS COM DEFICIÊNCIA, SIM ELA EXISTE

De acordo com as práticas realizadas práticas de observações realizadas no segundo semestre de dois mil e dezoito, na disciplina de EDE-1051 Déficit Cognitivo, foi possível analisar o quanto essa temática ainda é envolvida de muito preconceito, por vezes, deixa de ser discutida em ambiente de ensino, familiar, social, por ser pouco reconhecida e estigmatizada pela sociedade, ademais quando envolve alguma deficiência junto a esse tema.

Com base nos estudos desenvolvidos na disciplina, juntamente com pesquisas em materiais coerentes ao estudo sobre a sexualidade de pessoas com deficiência, contribuindo para o desenvolvimento deste trabalho.

Como sabemos a deficiência pode afetar as diferentes áreas do desenvolvimento humano, sendo está de maior ou menor grau de comprometimento. Oliveira et al. (2009, p. 2) enfatiza que:

> A sexualidade é uma característica essencial do ser humano, presente em todas as etapas da vida, sendo manifestada de diversas formas. Envolve um conjunto de valores

> pessoais e sociais, além de práticas corporais, sendo uma forma de expressão que reflete o contexto sociocultural no qual o sujeito está inserido e se desenvolve, além de estar associada à atividade sexual, à dimensão biológica, íntima, relacional e subjetiva de cada indivíduo. Uma das dimensões que conformam o ser humano é, pois, a sexualidade, envolvendo o gênero, a orientação sexual, o erotismo, o envolvimento emocional, o amor e a reprodução.

Neste sentido, o assunto nos instiga a problematizar e refletir como essa abordagem é essencial, para orientar os sujeitos com deficiência como também pessoas dos seus convívios, visando minimizar situações indesejadas como doenças, abusos e desestruturação psicológica e familiar.

Segundo Ferreira (2008), que argumenta acerca da importância do papel da educação no esclarecimento da sexualidade da pessoa com deficiência. Para a autora, "abrir este diálogo significa diminuir as chances de vulnerabilidade e abuso sexual que estas pessoas estão propícias a sofrer. Por outro lado, a expressão do desejo e da sexualidade da pessoa com deficiência ainda constitui tabu". (2008, pág. 255)

É importante analisar que o convívio entre pessoas com deficiência faz com que seja natural despertar o desejo e afeto entre os mesmos, pois, sabemos que é instinto dos seres humanos manifestar comportamentos afetivos e relacionais, satisfazendo seus desejos, muitas vezes de forma inadequada e desconhecida.

Conforme as observações deste grupo social denotam-se por vezes, as pessoas com DI são rotuladas de assexuadas, pelo fato de ser pautada apenas sua condição, desconsiderando o sujeito em si. A infantilização desse público é evidente na nossa sociedade, e principalmente no ambiente onde foram realizadas as visitas práticas. Sendo assim, evidencia-se um grande obstáculo no desenvolvimento sócio afetivo e emocional dessas pessoas.

Conforme está posto, os autores Anderson e Kitchin (2000) que "apontam que o estigma e o isolamento social, associados à deficiência têm contribuído para a construção discursiva que afere o lugar de assexuados e até desinteressados em sexo às pessoas com deficiência".

A perspectiva de que pessoas com deficiência são assexuadas sendo empregada pela infantilização desse grupo social, baseando se em um padrão de sexualidade, deslegitima-se a sexualidade de idosos, crianças e pessoas com deficiência, caracterizadas como infantis e, portanto, sem a necessidade de exercer sua sexualidade.

É pertinente entender e refletir, como as pessoas com DI são tratadas e vistas no meio social, familiar e educacional, pois desconstruir os rótulos e tabus que estão empregados na sociedade ainda é muito difícil, tendo em vista que o assunto sobre sexualidade e pessoas com deficiência precisa ser inserido e estudado para que seja cada vez mais reconhecido e compreendido no meio acadêmico e na vida social das pessoas.

A concepção sobre a pessoa com DI sendo vista como criança que precisa de cuidados, mesmo quando está na fase adulta, gera uma dependência familiar e o controle das escolhas pessoais, restringindo a história de vida e as responsabilidades. Por outro lado, reconhecer a identidade e capacidade de desenvolvimento integral da pessoa com deficiência significa abrir

espaços para o protagonismo e autonomia nas suas escolhas de vida, na sexualidade e na busca por oportunidades em exercer o seu papel na sociedade.

Portanto, o conhecimento a respeito dos aspectos da sexualidade de pessoas com DI de maneira em geral, ainda é limitada e desconhecida. A exposição e a utilização apropriada do conhecimento existente por pais e profissionais que lidam com essas pessoas são ainda mais restritas. Diversas pesquisam revelam dificuldades e dúvidas encontradas por esses pais e profissionais quando se trata da sexualidade de pessoas com DI.

É possível constatar que parte das dificuldades encontradas por pais, profissionais em geral ao lidar com aspectos relacionados a sexualidade, provém da quantidade de conhecimento sobre esses aspectos quando comparada à demanda e necessidades no trabalho com essas pessoas.

A divulgação adequada do conhecimento produzido sobre os diferentes aspectos que caracterizam a sexualidade, pode ter implicações fundamentais sobre concepções dos diferentes segmentos que lidam com essas pessoas sobre suas potencialidades e necessidades. Trabalhar com comportamentos sexuais de pessoas com DI, seja na escola, ou fora dela de modo a potencializar as aprendizagens dessas pessoas em relação às interações com outras pessoas exige conhecimento especializado e de boa qualidade.

O estudo realizado sobre a sexualidade implica que é necessário compreender de forma mais ampla, considerando que os indivíduos com DI estão inseridos em várias extensões como biológica, psicológica, social e cultural. Tendo de respeitar o direito inerente a todos os indivíduos, conforme a individualidade de cada um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre essa pesquisa, consideramos que os estudos sobre essa temática foram de suma importância para nossa aprendizagem o que nos instigou a procurar referenciais teóricos para um melhor estudo.

Retomando o objetivo proposto para as discussões apresentadas e análise geral das observações feitas a partir do tema escolhido, é possível ainda analisar como é latente a busca por profissionais capacitados da área da saúde para palestras explicativas para as famílias, alunos, professores e demais profissionais que atuam na instituição.

Sabemos que as pessoas com deficiência no Brasil, não tem um programa de educação e de saúde sexual voltado para elas, o que contribui para sua exclusão social. A sexualidade desse grupo infere muito em sua autoestima, o que, normalmente leva a não aceitação de seus corpos e de sua diferença perante a sociedade, consequentemente, abalando sua dignidade e impedindo a efetivação completa de sua cidadania.

Contudo, não devemos esquecer que não é dever só da escola conscientizar e orientar seus alunos DI sobre sexualidade, a família tem grandes responsabilidades frente a essa temática também. Minimizar a ideia de que o sexo é algo sujo, proibido, e que deve ser algo camuflado, e trazê-lo para o centro familiar, visando informar e orientar, na intenção de auxiliar essas pessoas no entendimento de suas vontades.

Com compreensão e sem tabus, fazer entender que o sexo faz parte da vida dos seres humano e que com cuidado, esclarecimento sobre como prevenir gravidez, doenças sexualmente transmitidas e também um olhar atento sobre os abusos que as pessoas com DI como também sem deficiência podem vir a sofrer.

Como vimos, a temática de educação sexual, sexualidade e pessoa com DI, ainda compõem um campo silencioso de tabus e preconceitos evidenciado pela sociedade, tornando-se assim, um desafio para os pais e educadores por vezes, são vistas de um ponto negativo e pessimista considerando esses sujeitos incapazes de receberem esse tipo de informação.

Nossa pesquisa visa fomentar mais estudos e busca de novos conhecimentos, que minimizem e nos deem subsídios para ajudar a mudar estes estigmas e preconceitos de que pessoas com deficiência não podem ter vida sexual ativa. De maneira geral, sabemos que o investimento de pesquisas e trocas de informações direcionada a temática de educação sexual, e pessoas com deficiência, mostra os direitos e valores que esses sujeitos merecem para vivenciar e criar experiências.

Nosso desejo final, é que esses tabus e preconceitos sobre a sexualidade das pessoas com deficiência, não só as com DI, mas de todas que tenham alguma condição específica, sejam cada vez mais minimizados e normalizados. Para isso ser possível, cada vez mais precisaremos expor esse assunto, trazer subsídios científicos e muitas pesquisas sobre o assunto, conscientizar famílias, escolas, e diferentes meios sociais para que esse processo tão natural, considerando as pessoas típicas, seja também menos confuso, com mais informações e orientações, tornando-o natural também.

REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Identidade e cidadania: a questão da diferença**. Maringá: UEM. Psicologia em Estudo, Maringá, v.2, n.1, p.12-27, 1997.

ANDERSON, P.; KITCHIN, R. (2000). **Disability, space and sexuality: access to family planning services.** Social Science & Medicine, 2000.

BORTOLOZZI, Ana Cláudia M. **Sexualidade e Deficiências.** São Paulo: Editora Unesp, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Lei Brasileira de Inclusão No 13.146, de 6 de julho de 2015.

CARVALHO, Maria. E. P; DANTAS, Taísa, C.; SILVA, Jackeline. S. S. Entrelace Entre Gênero, Sexualidade e Deficiência: Uma História Feminina de Rupturas e Empoderamento. **Rev. bras. educ. espec**. vol.20 nº.4 Marília out./dez.2014, p. 1- 14. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007

DANTAS, Lucas Emanuel Ricci. **O direito à sexualidade da pessoa com deficiência: um direito em voga**. In: Revista Aporia Jurídica (on-line). Revista Jurídica do Curso de Direito da Faculdade CESCAGE. 7ª Edição. Vol. 2 (jan/jun-2017). p. 105 - 119.

DANTAS, Lucas Emanuel Ricci. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades.** São Paulo: Cortez, p. 295-316, 2008.

FONSECA, V. (2003). Educação Especial – Artes Médicas, Porto Alegre, 1987. Guimarães, A. **Inclusão que funciona.** Revista Nova Escola, São Paulo, p.43- 47, set.

FRANCO, Maria. Helena. Pereira. Porque estudar luto na atualidade. In: FRANCO, Maria. Helena. **Formação e rompimento de vínculos**: o dilema de perdas na atualidade. São Paulo: Summus, 2008.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. A contribuição do modelo social da deficiência a psicologia social. **Revista Psicologia & Sociedade.** Florianópolis, 2012, p.558.

HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

MAIA, AC.B.; RIBEIRO, P.R.M., **DESFAZENDO MITOS PARA MINIMIZAR O PRECONCEITO SOBRE A SEXUALIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS,** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.16, n.2, p.159-176, mai /ago., 2010.

MOREIRA, L.M.A. **Questionamento sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual.** In: *Algumas abordagens da educação sexual na deficiência intelectual* [online]. 3rd ed. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 49-55. Bahia de todos collection. ISBN 978-85-232-1157-8. Available from SciELO Books http://books.scielo.org.

OLIVEIRA, D. C. et al. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. **Escola de Enfermagem Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 817-823, dez. 2009.

PESSOTTI, I. (1984). **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo.